



CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers DOAJ Dialnet

ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA E ETNOECOLÓGICA NA COMUNIDADE SANTA LUZIA DO BOM PRAZER, MOJU, PARÁ, BRASIL

Anilto Bitencourt Quaresma

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7163-9579>

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Moju, Pará, Brasil

Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Naturais, habilitação em Biologia

E-mail: aniltobq@yahoo.com

Odenilza Silva Garcia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0818-4567>

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Moju, Pará, Brasil

Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Naturais, habilitação em Biologia

E-mail: odenilzasg@gmail.com

Luiz Alberto Cavalcante Guimarães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-5169>

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Moju, Pará, Brasil

Graduado em Biologia, Mestre em Ciências Biológicas e Docente da UEPA

E-mail: lacg2775@gmail.com

Raynon Joel Monteiro Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8091-4464>

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Graduado em Ciências Naturais (Biologia), Mestre em Ciências Ambientais e Doutorando em Biodiversidade e Biotecnologia

(Rede Bionorte)

E-mail: raynon_alves@yahoo.com.br

Ana Cláudia Caldeira Tavares-Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4972-036X>

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

Graduada em Agronomia, Mestre e Doutora em Botânica e Professora pesquisadora da UEPA e da Rede Bionorte/UFPA

E-mail: tavaresmartins7@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Anilto Bitencourt Quaresma, Odenilza Silva Garcia, Luiz Alberto Cavalcante Guimarães, Raynon Joel Monteiro Alves y Ana Cláudia Caldeira Tavares-Martins: "Abordagem socioeconômica e etnoecológica na comunidade Santa Luzia do Bom Prazer, Moju, Pará, Brasil", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 5 mayo 2021, pp. 1-23). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/mayo-2021/comunidade-santa-luzia>

RESUMO

Este estudo analisou os aspectos socioeconômicos e etnoecológicos da comunidade quilombola Santa Luzia do Bom Prazer, município de Moju, Pará, Brasil. Os dados foram coletados em 18 unidades familiares por meio de formulários semiestruturados, registro fonográfico e diário de campo, cujas informações foram analisadas quali e quantitativamente. Os nomes das espécies vegetais e animais foram atualizados por meio da literatura e base de dados especializados. O perfil socioeconômico dos entrevistados foi composto, predominantemente, por mulheres, com baixa

escolaridade e agricultoras, mínimas condições de atendimento à saúde, mas a maioria dos informantes alegou gostar de residir na comunidade. Foram reconhecidas e citadas 114 etnoespécies da flora e da fauna, agrupadas em diferentes categorias de uso, e alguns problemas ambientais foram percebidos, como a falta de recursos naturais e a poluição do igarapé. A falta de políticas públicas eficazes condiciona a comunidade à vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, com alterações do modo de vida tradicional. No entanto, tal povoação ainda possui algumas características próprias de populações quilombolas, que precisam ser valorizadas e mais bem trabalhadas por parte Poder Público e tomadores de decisão, incluindo os próprios comunitários, a fim de contribuir com a preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida e incentivo à cultura local.

Palavras-chave: Amazônia. Etnoconhecimento quilombola. Perfil socioeconômico de comunidade humana. Populações tradicionais. Uso dos recursos naturais.

ENFOQUE SOCIOECONÓMICO Y ETNOECOLÓGICO EN LA COMUNIDAD SANTA LUZIA DO BOM PRAZER, MOJU, PARÁ, BRASIL

RESUMEN

Este estudio analizó los aspectos socioeconómicos y etnoecológicos de la comunidad quilombola Santa Luzia do Bom Prazer, municipio de Moju, Pará, Brasil. Se recolectaron datos de 18 unidades familiares mediante formularios semiestructurados, registro fonográfico y diario de campo. La información se analizó tanto cualitativa como cuantitativamente. El nombres de especies de plantas y animales se ha actualizados a través de literatura y bases de datos especializadas. El perfil socioeconómico de los entrevistados estuvo compuesto predominantemente por mujeres, con nivel educativo y agricultores, condiciones mínimas para la atención de salud, y además de que la mayoría de los entrevistados gusta vivían en la comunidad. Se citaron y agruparon 114 etnoespecies de flora y fauna, en diferentes categorías de uso, y citaron los problemas ambientales percibidos, como la falta de recursos naturales y la contaminación del arroyo. La falta de políticas públicas efectivas condiciona a la comunidad a la vulnerabilidad socioeconómica y ambiental, con cambios en la forma de vida tradicional. Sin embargo, la población tiene algunas características de poblaciones quilombolas, las cuales necesitan ser valoradas y trabajadas por el Poder Público y los tomadores de decisiones, incluida por el comunidad, para contribuir a la preservación del medio ambiente, la mejora de la calidad de vida y el fomento cultura local.

Palabras clave: Amazonia. Etnoconocimiento quilombola. Perfil socioeconómico de la comunidad humana. Poblaciones tradicionales. Uso de recursos naturales.

SOCIOECONOMIC AND ETHNOECOLOGICAL APPROACH IN THE COMMUNITY SANTA LUZIA DO BOM PRAZER, MOJU, PARÁ, BRAZIL

ABSTRACT

This study aimed at the socioeconomic and ethnoecological aspects of the quilombola community Santa Luzia do Bom Prazer, municipality of Moju, Pará, Brazil. Data were collected from 18 family units using semi-structured forms, phonographic record, and field diary. The information was analyzed qualitatively and quantitatively. The names of plants and animals' species were updated through the literature and specialized database. The socioeconomic profile of the interviewees was composed predominantly of women, with education low and farmers, conditions minimal for health care, in addition to the fact that most of the interviewees liked to live in the community. Ethnospecies of flora and fauna (114) were cited and grouped into different use categories, and interviewees cited perceived environmental problems, such as the lack of natural resources and the pollution of the river. The lack of effective public policies conditions the community to socioeconomic and environmental vulnerability, with changes in the traditional way of life. However, such a population has some characteristics typical of quilombolas populations, which need to be valued and better worked by the Public Power and decision makers, including by community, to contribute to environmental preservation, improved quality of life and incentive to local culture.

Keywords: Amazon. Quilombola ethnoknowledge. Socioeconomic profile of human community. Traditional populations. Use of nature's resources.

Introdução

Atualmente, as comunidades quilombolas estão situadas em diversas regiões do Brasil, notadamente nas áreas rurais, apresentando um relativo grau de isolamento geográfico e vivendo desigualdades sociais e de saúde, sendo que as consequências históricas do processo de escravidão e a forma de sua libertação têm influenciado o acesso diferenciado a bens e serviços, tornando-se fatores condicionantes da situação de insegurança alimentar (Silva, Guerrero, Guerrero & Toledo, 2008) e de baixa qualidade de vida, nos moldes do desenvolvimento sustentável. Apesar de serem garantidas a posse de suas terras pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, isso não resolveu a pobreza e a falta de recursos sociais e econômicos nos povoados quilombolas, pois, geralmente, são locais pobres, com insuficiência de recursos financeiros e sociais e, muitas vezes, à margem dos interesses da sociedade (Teixeira, Braga, Cesar & Kiperstok, 2011; Ferreira, Pontes & De Paula, 2018).

Os quilombolas possuem uma cultura baseada em conhecimentos tradicionais, que remontam a seus antepassados africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, o que os diferencia das demais populações rurais e de outras afrodescendentes, além de terem uma luta acirrada pela sobrevivência (Teixeira et al., 2011) devido à vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, decorrente da falta de políticas públicas eficazes. Entretanto, como meio de sobrevivência e cultura, o modo de vida quilombola reúne uma gama de procedimentos e objetos técnicos, que, ligados ao meio geográfico natural, consolidam a relação quilombola com o rio e com a terra, em que as terras de várzea, matas e corpos hídricos se tornaram meios de produção, onde os atos de criar,

cultivar, extrair e produzir são ritmados pelos ciclos mineral, vegetal e animal, visando o autoconsumo e a obtenção de renda (Carvalho & Silva, 2014; Nahum, 2019).

No Estado do Pará existem cerca de 240 povoados quilombolas situados nas mesorregiões do Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste e Região Metropolitana de Belém, e o estado possui o maior número de títulos de terras quilombolas no Brasil (CPISP, 2010). O governo do Pará foi o primeiro a expedir títulos de reconhecimento às comunidades remanescentes de quilombo e foi o que mais titulou; até então, tinha sido 414.705,6803 hectares, com 23 títulos para 68 comunidades, beneficiando 3.080 famílias (Treccani, 2006; Nahum, 2011). No Nordeste Paraense, as comunidades quilombolas conhecidas se encontram nos municípios de Abaetetuba, Acará, Augusto Correa, Baião, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Colares, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Irituia, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, São Miguel do Guamá, Tracuateua e Viseu (Nahum, 2011).

Para este estudo, tomou-se como lócus de investigação, a comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer, no município de Moju-Pará. A região na qual esse povoamento se instalou foi reconhecida como território quilombola no ano de 2008, mas sua formação enquanto organização social tem, em média, 40 anos de existência. Além do núcleo sede da comunidade existem outros espaços ocupados por moradores quilombolas: Baixo Poacê/Sítio Conceição, Sítio Santo Antônio, São Raimundo e Santo Antônio-Ramal Primavera, cuja cultura ainda preserva o costume do clã, ou seja, o líder do grupo é o mais idoso. Nesse território são desenvolvidas atividades agrícolas e extrativistas, como: agricultura, pesca, caça, entre outros, e apresentam características de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Neste contexto, muitos estudos socioeconômicos direcionados para caracterizar e compreender a situação socioeconômica e os aspectos produtivos de comunidades quilombolas estão sendo desenvolvidos, a fim de gerar subsídios para a criação e a promoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dessas populações nos aspectos sociais, econômicos e ambientais (Pedroso Júnior et al., 2008; Gonçalves & Lucas, 2017; Ferreira et al., 2018; Ferreira, Alves, Rosário & Pontes, 2020). Por sua vez, a Etnoecologia se configura como um subcampo da Etnociência, que busca entender o ambiente que é composto por seres, saberes, relações e cultura, além de procurar resgatar os saberes tradicionais, relacionando-os com os conhecimentos científicos (Diegues, 1996). Com um viés transdisciplinar, a Etnoecologia estuda os pensamentos, sentimentos e comportamentos das populações humanas em sua interação com os elementos do ecossistema no qual estão inseridas (Marques, 2001).

Pelo exposto, estudos etnoecológicos [e também socioeconômicos] trazem importantes contribuições para a conservação ambiental, como facilitar o aprimoramento do diálogo com as comunidades locais, compreender melhor as estratégias de utilização dos recursos, alternativas de manejo e os impactos e alterações ambientais (Begossi, Lopes & Silvano, 2010), pois, o problema ambiental ocorre, em grande parte, como consequência da precária situação socioeconômica da população que os agrava e vice-versa (Marangon, Presznuk, Sordi & Agudelo, 2004). Portanto, o presente estudo analisou os aspectos socioeconômicos e etnoecológicos da Comunidade Quilombola Santa Luzia do Bom Prazer, município de Moju, Pará, Brasil.

Metodologia

O município de Moju pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Tomé-Açu, distante a 61 km da capital Belém, em linha reta, população estimada em 77.385 habitantes e área territorial de 9.094,135 km² (IBGE, 2020). O município está dividido em dois distritos: Moju, onde se localiza a sede administrativa, e o Distrito de Cairari, no qual está situada a Reserva Indígena Anambé. A zona rural de Moju, por ser muito extensa, encontra-se dividida em cinco zonas: Baixo Moju, Alto Moju, PA 150, PA 252 e Jambuaçu, onde estão distribuídas 159 comunidades (GESPAN, 2003).

Nesta área são reconhecidas 15 comunidades de remanescentes de quilombos, em especial, na zona de Jambuaçu, a qual, conforme Salles (2015), é habitada há centenas de anos por afrodescendentes, conforme comprovado a partir de escavações feitas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, no ano de 2005. Diante disso, optou-se para esta pesquisa a comunidade de remanescentes quilombolas de Santa Luzia do Bom Prazer, popularmente conhecida como “Poacê”, distante cerca de 9 km da sede do município de Moju, situada às margens do Igarapé Poacê e que possui em torno de 70 famílias, mas a área principal da povoação é composta por 20 unidades familiares, enquanto as demais ficam mais distantes (Comunicação verbal).

Inicialmente, as autorizações para o desenvolvimento desta pesquisa foram por meio da Plataforma Brasil, que encaminhou o projeto à apreciação de um comitê de ética. O início do estudo se deu mediante visitas prévias na comunidade, em setembro de 2015, para a apresentação e o esclarecimento sobre a intenção dos pesquisadores à liderança comunitária e para algumas famílias.

Para esta pesquisa, a amostra foi composta por indivíduos que se teve acesso facilitado, isto é, os habitantes que residiam na área principal da comunidade Santa Luzia do Bom Prazer, há pelo menos cinco anos, e que estavam dispostos a colaborar com a investigação, ao assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressalta-se que foi considerado um integrante da unidade familiar para ser entrevistado, com idade acima de 18 anos. Das 20 unidades familiares da área principal da comunidade, apenas 18 estiverem dentro dos critérios estabelecidos para participar da pesquisa.

A coleta de dados aconteceu, durante o período de outubro a novembro de 2015, por meio de técnicas propostas por Viertler (2002), que incluíam formulários semiestruturados que apoiavam as entrevistas, registro fonográfico e diário de campo. Para tanto, durante as visitas domiciliares, o membro da unidade familiar eleito respondia a um formulário, inicialmente, composto por perguntas fechadas sobre aspectos socioeconômicos (gênero, idade, escolaridade, trabalho e ocupação, continuação do trabalho agrícola pelos filhos, atendimento à saúde, a satisfação em morar na comunidade e local de origem). Outra parte do formulário abordava por meio de perguntas abertas os aspectos etnoecológicos relacionados ao conhecimento e uso dos recursos da flora e fauna, na qual os informantes mencionavam livremente as etnoespécies de plantas e de animais que conheciam e/ou que mais faziam parte do seu dia a dia, e as que estavam desaparecendo da comunidade. A entrevista foi gravada por meio de gravador de voz mediante autorização do informante, a fim de

preservar e coletar também outros aspectos presentes nos discursos dos moradores, enquanto outras informações pertinentes ao cotidiano familiar eram percebidas e anotadas no diário de campo.

Os dados quantitativos em relação ao perfil socioeconômico e aos aspectos etnoecológicos foram tabulados em planilha do Microsoft Excel 2018, para posterior cálculo das frequências absolutas e relativas, sendo representados em forma de tabelas. Já as informações qualitativas foram analisadas com base na análise do discurso, que é uma técnica que permite compreender, do ponto de vista do agricultor e/ou extrativista, as suas percepções, os sentidos dados a cada elemento no seu cotidiano com os recursos do meio onde está inserido, a partir da interpretação e transcrição parcial ou total de seus discursos, respeitando o seu léxico local e ambiental empregado para definir os objetos de sua relação (Oliveira, 2015).

A identificação das etnoespécies de plantas e de animais foi feita com base em guias de campo, em que os informantes reconheciam as imagens das etnoespécies anteriormente citadas, com nomes vulgares e científicos ocultados por uma tarja. Para a atualização da nomenclatura científica das espécies de plantas citadas foi utilizada a *Reflora* (2020) e a *The plant list* (2020) e para as de animais, Rodrigues (1992), Buckup, Menezes e Ghazzi (2007) e Paglia et al. (2012). Porém, ressalta-se a necessidade de um estudo mais aprofundado para a confirmação dos nomes científicos das espécies. As categorias de uso de plantas pré-estabelecidas foram: madeiras, medicinais e alimentícias; e para esta primeira categoria foram determinadas subcategorias, conforme os informantes: construção, medicinal e alimentícia. Para as categorias de uso da fauna foram pré-definidas: caça e pesca, sendo que esta primeira também teve subcategorias: alimentar, medicinal e não utilizado (quando a etnoespécie era conhecida, mas não era alvo da caçada).

Resultados e discussão

Aspectos socioeconômicos

Os informantes desta pesquisa foram 50,0% do gênero feminino e, na mesma frequência, do masculino, com idade entre 26 e 76 anos. Ressalta-se, em particular, a importância do papel feminino nas comunidades rurais, onde as mulheres, além dos afazeres domésticos, são responsáveis pelo cuidado com os quintais e plantas, realizam os tratamentos culturais dos plantios e/ou desenvolvem outras funções ligadas à roça e ao extrativismo (Oliveira, 2012; Gonçalves & Lucas, 2017), conforme observado na referida povoação. Os homens, por outro lado, são os principais responsáveis pelas atividades que requerem maior força física, como a abertura dos roçados, pesca e caça, e outros trabalhos externos ao ambiente agroextrativista. Na comunidade em questão, verificou-se que, ambos os gêneros, trabalhavam conjuntamente para prover o sustento familiar, havendo certa divisão de trabalho agrícola e/ou extrativista.

Em relação à escolaridade, grande parte dos entrevistados (94,5%) cursou o ensino básico, completando-o ou não, e a minoria (5,5%) se declarou analfabeto. Os próprios informantes, predominantemente com o ensino fundamental incompleto, alegaram que não concluíram os estudos por falta de incentivo dos pais, início dos trabalhos nos roçados na adolescência/juventude ou por

constituir família precocemente. Entretanto, destaca-se que a comunidade em questão possui uma escola de ensino fundamental I, de regime multisseriado, que vem contribuindo, nas fases iniciais, para o grau de instrução das crianças e dos mais jovens. A Resolução da Educação Quilombola garante à criança, na educação escolar infantil, o direito de permanecer com seu grupo familiar e comunitário de referência, evitando o seu deslocamento (Brasil, 2012).

Graças à Educação do campo, relativamente, os pais passaram a ter compatibilidade entre os horários de levar os filhos à escola e trabalhar nos roçados ou os próprios estudantes começaram a ser deslocar sozinhos à unidade escolar, a qual se encontrava na mesma localidade, o que garantiu o mínimo de educação formal para os moradores dessa comunidade. Isso refletiu na alta taxa de pessoas com ensino fundamental completo ou incompleto em povoados rurais quando comparada ao número de indivíduos analfabetos. Neri (2008) e Santos (2011) verificaram em comunidades quilombolas de Moju e Abaetetuba-Pará, respectivamente, que a maioria dos entrevistados possuía apenas o ensino fundamental completo ou incompleto, o que deixou em evidência que o baixo grau de instrução ainda é uma realidade em localidades rurais, em especial, do Estado do Pará, e, geralmente, correspondem às pessoas mais idosas. A inserção de ônibus escolares e de unidades de ensino mais próximas das comunidades, como ocorre na zona rural do município de Marapanim-Pará, contribui com o melhor acesso e a permanência dos estudantes no ensino básico, sobretudo, dos mais jovens (Alves, Pontes & Gutjahr, 2015). Na comunidade Santa Luzia do Bom Prazer, os alunos, para progredirem para as séries seguintes ao fundamental I, precisavam se deslocar para a cidade e, para isso, a Prefeitura disponibilizava transporte escolar.

Tratando-se do trabalho e ocupação, a maioria dos entrevistados (55,6%) era agricultor familiar e os demais exerciam atividades externas ao meio agrícola, como: borracheiro, ajudante de pedreiro, vigilante e operador de máquinas pesadas, que, em alguns casos, eram trabalhos provisórios e esporádicos – popularmente chamados de bicos; ou consideraram-se domésticas ou eram aposentados(as) (Tabela 1). A agricultura familiar, conforme observado, ainda era predominante na localidade, assim como em outras do Pará, como constatado por Lima e Pimentel (2011) e Ferreira et al. (2020), respectivamente, na povoação rural Boa Esperança, em Moju, e na comunidade Quilombola África, em Abaetetuba. Nelas, a principal fonte de renda era a agricultura, pois, historicamente, tal atividade consistia na base produtiva desses grupamentos humanos, sendo um significativo recurso econômico e para a subsistência local. No município de Moju, em particular, a prática agrícola é favorecida pelo clima, solo e temperatura, com destaque para a produção de mandioca (GESPAN, 2003).

Tabela 1

Principais formas de trabalho e ocupação dos informantes da comunidade quilombola Santa Luzia do Bom Prazer.

Trabalho e ocupação	Descrição	%
Agricultura familiar	Atividades desenvolvidas em roçados, de forma tradicional, para o cultivo de culturas perenes e permanentes, sob regime de trabalho dos	55,6

membros da unidade familiar.		
Aposentadoria	Direito constitucional proveniente, em sua maioria, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), concedida aos trabalhadores rurais.	11,1
Doméstica	Atividades realizadas pelas mulheres em outras residências ou em seu próprio ambiente familiar.	11,1
Outras atividades	Atividades temporárias e/ou esporádicas, chamadas de bicos, e/ou que não são afins à prática agroextrativista.	22,2

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Neste contexto de agricultura familiar, verificou-se ainda que, entre os entrevistados que tinham prole, 71,6% mencionaram não querer que os filhos exercessem a atividade agrícola, ao contrário de 11,0% que responderam que sim; e a minoria (16,5%) não possuía filhos. O motivo de a maioria dos pais não querer que a sua descendência continuasse o trabalho nos roçados está vinculado ao anseio de que seus filhos estudassem e tivessem uma profissão remunerada. Por outro lado, existiam os que almejavam que a sua prole fosse de agricultores, afirmando que “*o tempo tá difícil e sobreviver da agricultura é melhor*” (Informante A, 60 anos) e que este “*é um trabalho digno e honrado*” (Informante B, 70 anos). Sobre isso, infere-se que nas famílias agroextrativistas, como ocorre nas comunidades de Marapanim, o principal incentivo dado pelos pais aos filhos são os estudos formais, para que os mesmos possam ter um acesso mais facilitado ao mercado do trabalho, visando uma profissão melhor remunerada e melhores condições de trabalho; concomitantemente, o conhecimento agrícola assimilado corresponde a uma alternativa para os conterrâneos migrantes que retornam à comunidade [ou os que permanecem] e precisam suprir suas necessidades básicas de alimentação (Alves et al., 2015), e diante das limitantes oportunidades de emprego.

Quanto ao atendimento à saúde, grande parte dos entrevistados (94,5%) possuía a visita do agente comunitário de saúde (ACS), a cada um ou dois meses ou esporadicamente, diferentemente de 5,5% que afirmaram não haver tal prestação de serviço. A atuação desse profissional nas comunidades rurais é de suma importância, uma vez que suas orientações contribuem para o bem-estar das famílias. Neri (2008) verificou que na comunidade Congregação, em Moju, o ACS atuava significativamente, desenvolvendo, além da atividade de medição de pressão arterial e distribuição de hipoclorito de sódio para o tratamento da água para consumo, palestras sobre prevenção de doenças e encaminhamento de casos de saúde mais graves ao hospital da cidade. A atuação mais dinâmica desse profissional poderia melhor contribuir para a qualidade da saúde dessa população, pois, em sua maioria, os entrevistados estavam insatisfeitos com a falta de um posto médico na comunidade e, por isso, os serviços precisavam ser buscados na zona urbana. Porém, raramente estes moradores conseguiam atendimento nos postos e hospitais da cidade de Moju, mesmo se deslocando aos estabelecimentos antes do amanhecer, pois as fichas para atendimento médico eram limitadas.

Os informantes, em sua maioria (94,5%), afirmaram que gostavam de residir na referida comunidade, diferentemente de 5,5% que responderam que não. Frisa-se, em particular, que a

aceitação/admiração por grande parte dos moradores pelo local de residência e de convívio se deu por causa de qualidades, como: tranquilo/calmo, bom, acolhedor. Destes, 90,9% moradores eram oriundos de outros locais, podendo ser de outras cidades ou comunidades rurais paraenses, mas que ali encontraram condições satisfatórias para viver, e somente 9,1% eram nativos. Assim como em comunidades rurais do município de Marapanim, o povoado de Santa Luzia do Bom Prazer consistia em um espaço cultural, produtivo, de belezas cênicas e de estratégias socioeconômicas, que permite aos comunitários a (sobre)vivência e a socialização, evitando o êxodo rural, em grandes proporções (Alves, Pontes e Gutjahr & 2016), mesmo diante da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Aspectos etnoecológicos

Nesta pesquisa, registrou-se o total de 114 etnoespécies da flora e fauna locais reconhecidos pelos informantes, sendo que 76,4% foram plantas, classificadas nas categorias madeireira, medicinal e alimentícia, e 23,6%, animais, relacionadas às categorias pesca e caça, sendo que esta última foi apontada também com princípios medicinais, além de autoconsumo. Neste contexto, essas informações se trata do conhecimento ecológico local, o qual é identificado como o saber que permeia a relação entre o ser humano e ambiente circundante, envolvendo concepções simbólicas (dos recursos e fenômenos naturais) e o modo de apropriar-se dele, utilizando para isso tecnologias específicas disponíveis ou não no ambiente (Pieve, Kubo & Souza, 2009).

Conhecimento e uso dos recursos florísticos

Em relação às plantas madeireiras, os moradores citaram 27 etnoespécies, sendo que estas apresentaram outras subcategorias, como: alimentar, medicinal e construção, podendo ocorrer simultaneamente, como aconteceu, por exemplo, com a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e a castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) (Tabela 2). Destacaram-se como mais citadas: o angelim vermelho (*Dinizia excelsa* Ducke), com nove citações, o acapú (*Vouacapoua americana* Aubl.) e o ipê (*Tabebuia* sp.), ambos com seis, a castanheira (*B. excelsa*) e a maçaranduba (*Manilkara elata* (Allemão ex Miq.) Monach.), com cinco citações, enquanto as demais foram pouco mencionadas (Tabela 2). Na Amazônia é comum nos grupamentos rurais o uso de espécies de vegetais para a manufatura de aparatos de trabalho, domésticos e para a construção de moradias (Hanazaki, 2004), estando, estas plantas incluídas na categoria madeireira.

Tabela 2

Etnoespécies madeireiras citadas pelos moradores da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer, e sua subclassificação de uso: A – alimentar, M – medicinal, C - construção e NI – não identificado.

Etnoespécie	Nome científico	Categoria de uso	Número de citação
Acapú	<i>Vouacapoua americana</i> Aubl.	C	6

Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	C, M	4
Angelim vermelho	<i>Dinizia excelsa</i> Ducke	C, M	9
Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	C, A, M	5
Caúba	NI	C	1
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Forsyth f.	C, M	2
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i> Aubl.	C	1
Ingá xixi	<i>Inga alba</i> (Sw.) Willd.	C	1
Ipê	<i>Tabebuia</i> sp.	C	6
Jarana	<i>Lecythis lurida</i> (Miers) S.A.Mori	C	2
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	C, M	1
Jutaí	<i>Dialium guianense</i> (Aubl.) Sandwith	C, M	1
Maçaranduba	<i>Manilkara elata</i> (Allemão ex Miq.) Monach.	C	5
Marupá	<i>Simarouba amara</i> Aubl.	C	1
Matui preto	NI	C	1
Maturi	NI	C	1
Morototó	<i>Didymopanax morototoni</i> (Aubl.) Decne. & Planch.	C	1
Parapará	<i>Jacaranda copaia</i> (Aubl.) D. Don	C	3
Paricá	<i>Schizolobium parahyba</i> var. <i>amazonicum</i> (Huber ex Ducke) Barneby	C	1
Pau amarelo	<i>Euxylophora paraensis</i> Huber	C	1
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.	C, A	2
Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i> Cambess	C	2
Sucuuba	<i>Himatanthus articulatus</i> (Vahl) Woodson	C, M	1
Tanã	<i>Parkia gigantocarpa</i> Ducke	C	1
Taxi	<i>Triplaris weigeltiana</i> (Rchb.) Kuntze	C	1
Timborana	<i>Pseudopiptadenia psilostachya</i> (DC.) G.P.Lewis & M.P.Lima	C	3
Virola	<i>Virola surinamensis</i> (Rol. ex Rottb.) Warb.	C	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao acesso a estas plantas, os entrevistados alegaram que todas as etnoespécies ainda podiam ser encontradas localmente, todavia algumas estavam mais escassas, como o ipê, a maçaranduba e, principalmente, o angelim, o que decorreu do desmatamento e do corte ilegal de árvores, conforme alguns moradores. De acordo com Diegues (2005), as ações de grandes empresas e de pequenos produtores resultam em desmatamento, mas as diferenças na intensidade desses impactos se traduzem em função da área afetada e da velocidade, pois o grande empresário utiliza tecnologia de maneira intensiva (tratores e caminhões), enquanto o produtor rural,

devido a sua baixa capacidade financeira, limita-se a uma pequena extensão da área da mata que servirá para o plantio de sua roça. Ademais, percebeu-se que algumas espécies (ipês e castanheiras) foram preservadas pelos moradores na comunidade, sendo mantidas em seus locais de origem, conforme a fala de um deles: “*Eu tenho quatro alvi [maçaranduba] dentro de um pedaço do meu lote (...) di lá eu tenho acapu, eu tenho angelim, pau d’arco (...)*” (Informante C, 70 anos). Esta iniciativa, conforme alguns informantes, é justamente para a preservação das espécies madeireiras.

Em relação às plantas medicinais, registraram-se 40 etnoespécies de plantas na perspectiva de medicina popular, sendo que a mais citada foi o capim marinho ou capim santo (*Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf), com seis citações, seguido de unha de gato (*Ischnosiphon gracilis* (Rudge) Körn) e verônica (*Dalbergia monetaria* L.f.), ambos com quatro citações, e arruda (*Ruta graveolens* L.) com três (Tabela 3). No entanto, verificou-se que o expressivo número de espécies descritas como medicinal pelos moradores se contrapôs ao hábito frequente de utilizá-las no tratamento de enfermidades, quando comparado ao período da infância dos informantes. Outro fato observado foi que na comunidade estudada, antigamente, era comum o uso das populares “garrafadas”, uma mistura composta de algumas partes de plantas (cipós e cascas, principalmente) fervidas ou deixadas em repouso para posterior consumo pelas mulheres com fins de prevenção, fortalecimento e como anti-inflamatório. Atualmente, essa tradição está sendo erodida, sendo pouco perceptível entre os comunitários. Algumas plantas místicas foram concebidas como medicinais, visto que são usadas pelos comunitários para restabelecer ou proteger o bem-estar do corpo, mente e espírito.

Tabela 3

Etnoespécies medicinais citadas pelos moradores da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer, e suas indicações de uso.

Etnoespécie	Nome científico	Indicação popular	Número de citação
Acapú	<i>Vouacapoua americana</i> Aubl.	Inflamações em geral	1
Algodão branco	<i>Gossypium barbadense</i> L.	Tosse e inflamação em geral	1
Amor crescido	<i>Portulaca pilosa</i> L.	Combate à queda de cabelo	1
Anador ou boldo	<i>Plectranthus neochilus</i> Schltr.	Dor no estômago e no fígado	2
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Massagem em locais inchados	1
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Quebranto e mau-olhado	3
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm.f.	Expectorante, cicatrizante e inflamações em geral	2
Barbatimão	<i>Maytenus obtusifolia</i> Mart.	Feridas em geral	2
Cabi	<i>Callaeum antifebrile</i> (Ruiz ex Griseb.) D.M.Johnson	Quebranto, mau-olhado, panemeira, olho gordo	1
Cajuí	<i>Anacardium</i> sp.	Diabetes, colesterol e inflamação	1
Capim marinho ou	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	Gripe e pressão alta	6

capim santo			
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.	Pressão alta, colesterol e diabetes	1
Carapanã	<i>Aspidosperma excelsum</i> Benth.	Contra febre	1
Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	Expectorante	1
Catinga de mulata	<i>Aeollanthus suaveolens</i> Mart. ex. Spreng.	Dor de cabeça, derrame	2
Cipó-alho	<i>Mansoa standleyi</i> (Steyerm.) A. H. Gentry	Quebranto, mau-olhado, panemeira, uruca	1
Cipó-catinga	<i>Mikania officinalis</i> Mart.	Quebranto, mau-olhado, panemeira	1
Coramina	<i>Pedilanthus tithymaloides</i> (L.) Poit.	Problemas cardíacos	1
Cravo	<i>Tagetes patula</i> L.	Contra gripe	1
Erva-cidreira	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E.Br. ex Britton & P.Wilson	Calmante e insônia	2
Eucalipto	<i>Eucalyptus</i> sp.	Dor de cabeça	1
Gengibri	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Tosse e asma	1
Gergelim	<i>Sesamum indicum</i> L.	Tratamento de derrame	1
Hortelã	<i>Mentha spicata</i> L.	Prisão de ventre e alívio de cólica	2
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Inflamação	1
Jurubeba	<i>Solanum stramonifolium</i> Jacq.	Inflamação, combate ao câncer e gastrite	1
Manjeriço	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Contra gripe	1
Mastruz	<i>Dysphania ambrosioides</i> (L.) Mosyakin & Clemants	Tosse e inflamação	2
Mucuracaá	<i>Petiveria alliacea</i> L.	Dor de cabeça, olho gordo, quebranto	1
Noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Combate câncer e problemas com próstata e rins	1
Pariri	<i>Fridericia chica</i> (Bonpl.) L.G.Lohmann	Anemia	1
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia forficata</i> Link	Diabetes	1
Pião-roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Afta, garganta inflamada, mau-olhado, quebranto	1
Pirarucu	<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam.) Pers.	Problemas hepáticos	1
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Cálculos renais	2
Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i> Cambess.	Diabetes	1
Sucuuba	<i>Himatanthus articulatus</i> (Vahl) Woodson	Inflamações em geral	2
Unha de gato	<i>Ischnosiphon gracilis</i> (Rudge) Körn.	Inflamações	4

Uxi	<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatrec.	Inflamações em geral e contra vermes	1
Verônica	<i>Dalbergia monetaria</i> L.f.	Combate câncer e inflamações	4

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

As plantas medicinais podem ser cultivadas ou não, sendo manejadas e utilizadas pelo homem com finalidades terapêuticas ou preventivas e, para tanto, faz-se presente o conhecimento tradicional associado à biodiversidade acumulado há muito tempo, repassado ao longo das gerações, envolvendo variadas comunidades tradicionais, dentre elas, as quilombolas (Cleaver, Emperaire, Kageyama, Oliveira & Stella, 2006). Trindade (2012), ao realizar um levantamento de espécies de plantas medicinais em uma comunidade próxima, São Miguel do Juquiri (zona do Baixo Moju), identificou 78 espécies utilizadas como medicina alternativa pelos moradores locais, revelando que as comunidades rurais de Moju eram importantes detentoras da sabedoria fitoterápica. Na comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer, percebeu-se um considerável conhecimento da flora aplicado à medicina popular, porém, de outro lado, observou-se um decréscimo quanto a sua utilização, podendo estar associado à proximidade do povoado com o centro urbano. Sobre conhecer e utilizar as plantas medicinais, Hanazaki e Miranda (2008) constataram que comunidades litorâneas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, inseridas em ambientes de alta diversidade vegetal (Mata Atlântica), nem sempre conheciam e/ou faziam uso direto de tais recursos. De acordo com as autoras, o conhecimento etnobotânico de comunidades locais é mediado pelo contexto em que se encontram, isto é, dependendo das atividades econômicas que são praticadas por estas, tal conhecimento pode ser mais ou menos valorizado e reproduzido.

Outro aspecto a ser considerado é que, atualmente, a aquisição de medicamentos em farmácias e drogarias está mais acessível, devido ao grande número de estabelecimentos comerciais, a facilidade de transporte entre a zona rural e urbana e aos postos de saúde. Isso pode repercutir na prática de cultivo de plantas medicinais em quintais, visto que a maioria (78,0%) não mantém essa tradição na comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer, diferentemente de 22,0% que fazem esse cultivo, sendo, principalmente, do gênero feminino. Neste caso, as informantes foram mulheres mais idosas que cultivavam essas plantas e que tinham o conhecimento medicinal (receitas e indicação medicinal). Nestes ambientes, as mulheres, em particular, cuidam dos quintais e são conhecedoras das plantas e das receitas medicinais, geralmente, organizando-as em jiraus (canteiros suspensos), para proteger os vegetais dos animais, auxiliar nos tratos e facilitar a busca de material para o preparo de remédios (Gonçalves & Lucas, 2017). Na comunidade em questão, também se observou o cultivo de plantas medicinais diretamente no solo ou podendo ser obtidas na mata.

Na categoria de plantas alimentícias, registraram-se 27 etnoespécies vegetais, cujas partes, sobretudo, os frutos, eram utilizadas como alimento pelos moradores, podendo ser encontradas nos quintais das residências, roças ou matas (Tabela 4). Neste contexto, verificou-se que, dentre as etnoespécies mencionadas, a mais representativa foi a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), pois, nos domicílios visitados 67,0% dos moradores possuíam roças e 33,0%, não. Nos

roçados, houve o predomínio da plantação de mandiocas para a fabricação de farinha, destinada para venda e consumo familiar, além de derivados, como tucupi, tapioca e beiju. Outras culturas também eram cultivadas, como: milho (*Zea mays* L.), melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum. & Nakai) e verduras, mas em menor escala, sendo destinadas somente para o consumo próprio. Conforme Adams (2002), as sociedades amazônicas contemporâneas ainda possuem sua base de subsistência ligada ao sistema de agricultura itinerante na terra firme e o cultivo anual nas várzeas; e dentre as espécies cultivadas, a mandioca é o recurso vegetal mais importante para as famílias.

Tabela 4

Etnoespécies de plantas alimentícias citadas pelos moradores da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer.

Etnoespécie	Nome científico
Abacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.
Abiu	<i>Pouteria</i> sp.
Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.
Banana	<i>Musa</i> sp.
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
Café	<i>Coffea arabica</i> L.
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K.Schum.
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
Ingá	<i>Inga</i> sp.
Jambo	<i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels
Jerimum	<i>Cucurbita moschata</i> Duchesne
Laranja	<i>Citrus x aurantium</i> L.
Limão	<i>Citrus x limon</i> (L.) Osbeck
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai
Milho	<i>Zea mays</i> L.
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth
Tangerina	<i>Citrus nobilis</i> Lour.

Uxi

Endopleura uchi (Huber) Cuatrec.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Torna-se importante ressaltar que os moradores destacaram algumas etnoespécies de mandioca que, dependendo do tamanho da raiz e de seu amadurecimento, pode ser escolhida para o cultivo. Essas foram: ameruim, pretinha do Guamá, paulozinho, pagoa, batatinha, miriti, zolhuda, amarelona e marizita. O Brasil é o maior detentor em nível mundial dos recursos genéticos de mandioca em espécies selvagens, em etnovarietades adaptadas aos diferentes ecossistemas brasileiros e ainda em variedades melhoradas utilizadas no cultivo intensivo (Nogueira, 2006).

O estudo de Morais, Morais e Silva (2009) sobre plantas cultivadas por pescadores no Pantanal Mato-grossense registrou 116 etnoespécies categorizadas em diferentes usos, evidenciando a importância do saber e manejo local, bem como o aspecto cultural dessa prática, e destacou a relevância dos estudos baseados no conhecimento ecológico tradicional para a elaboração de políticas públicas quanto ao apoio à agricultura familiar nas comunidades. Destaca-se ainda que tais plantas, além de complementarem a dieta dos moradores e a renda familiar, possuíam um sentido simbólico, pois a maioria das moradoras cultivava as plantas em seus quintais por gosto pela prática, a qual foi repassada pelas gerações anteriores, contendo uma gama de etnoconhecimentos sobre os aspectos e o manejo da flora.

Conhecimento e uso dos recursos faunísticos

Quanto à ictiofauna, os informantes citaram 14 etnoespécies de peixes conhecidas, tendo maior frequência: o acará (*Heros severus* Heckel, 1840), com oito citações, a traíra (*Macrodon* sp.) e o jejú (*Hoplerythrinus unitaeniatus* (Spix & Agassiz, 1829)), ambos com sete, com uso na alimentação humana (Tabela 5). Outros, como: o poraquê (*Gimnotus* sp.), o muçum (*Synbranchus marmoratus* Bloch, 1795), o peixe-agulha (*Strongylura timucu* (Walbaum, 1792)), o acari (*Ancistro* sp.) e o bocão (*Ageneiosus brevifilis* (Valenciennes, 1840)) não são consumidos pelos entrevistados, pois podem apresentar algum tipo de perigo à saúde, como possuir reima, o que, popularmente, significa que “faz mal” a pessoas doentes, ou não ter sabor agradável, por exemplo. Estudos sobre a ictiofauna a partir do conhecimento ecológico de populações tradicionais, em especial dos pescadores, são importantíssimos para entender diversos aspectos sobre os mais variados comportamentos e manejo de espécies, como visto em trabalhos de Marques e Moura (2007), Silva (2011) e Rossoni, Efrem e Jansen (2014), que revelaram um amplo saber dessas comunidades sobre as espécies de peixes e os ecossistemas locais.

Tabela 5

Principais etnoespécies de peixes citadas pelos moradores da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer.

Etnoespécie	Nome científico	Número de citação
-------------	-----------------	-------------------

Acará	<i>Heros severus</i> Heckel, 1840	8
Acari	<i>Ancistro</i> sp.	1
Aracu (piau)	<i>Leporinus fasciatus</i> Bloch, 1794	2
Bocão	<i>Ageneiosus brevifilis</i> (Valenciennes, 1840)	1
Jacundá	<i>Crenicichla saxatilis</i> (Linnaeus, 1758)	1
Jandiá	NI	2
Jejú	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i> (Spix & Agassiz, 1829)	7
Mandubé	<i>Ageneiosus dentatus</i> Kner, 1858	1
Muçum	<i>Synbranchus marmoratus</i> Bloch, 1795	1
Peixe-agulha	<i>Strongylura timucu</i> (Walbaum, 1792)	2
Poraquê	<i>Gymnotus</i> sp.	3
Sarapó	<i>Gymnotus carapo</i> Linnaeus, 1758	1
Tamatá	<i>Callichthys callichthys</i> (Linnaeus, 1758)	1
Traíra	<i>Macrodon</i> sp.	7

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Neste quesito, verificou-se que 78,0% dos moradores, sobretudo, homens, praticavam a pesca artesanal, objetivando principalmente o consumo familiar, e os demais (22,0%) não pescavam. Para essa atividade, os pescadores utilizavam o caniço (anzol), a zagaia (instrumento com uma das extremidades pontiaguda), a rede malhadeira e o visor com arpão, este último citado em menor escala. Na comunidade África, a pesca ocorria de forma tradicional nos rios, cujo objetivo era o autoconsumo e, para tanto, as etnoespécies mais capturadas eram: acará, aracu, traíra, tucunaré, utilizando redes e varas, e no caso do camarão, o matapi (Ferreira et al., 2020). Nas comunidades quilombolas do Baixo Tocantins, como em Araquemba, município de Baião-Pará, o uso quase exclusivo de técnicas manuais, consideradas tradicionais e apropriadas ancestralmente, sinalizavam a densidade das pedagogias da pesca, geralmente, sendo desenvolvidas em trabalho coletivo (Lopes, 2020). Ainda de acordo com esta autora, as técnicas tradicionais formavam um conjunto de saberes e de epistemologias próprias da relação entre pescador e rio, configurando um tipo de pesca artesanal característico da Amazônia.

Em relação às mudanças percebidas em relação à ictiofauna, os entrevistados mencionaram a carência de peixes no igarapé da localidade, sendo associada à poluição local e, especialmente, à pesca predatória realizada por pescadores com arpão e visor, os quais não respeitavam os períodos de defeso, desova e crescimento dos peixes. Em Abaetetuba, a pesca predatória vem ameaçando o quantitativo de espécies de peixes encontradas no rio Acaraqui, devido ao uso indevido de redes, principalmente, com malhas muito pequenas e a baixa seletividade na apreensão dos peixes de diferentes tamanhos, de acordo com as famílias quilombolas (Nascimento & Guerra, 2016). Na comunidade de Porto Alegre, historicamente pesqueira, situada em Marapanim, os entrevistados mencionaram que a baixa produtividade natural esteve mais relacionada à escassez

de peixes no rio local, podendo ser devido à pesca exploratória nas regiões circunvizinhas pelo uso intensivo de redes malhadeiras (Alves et al., 2015).

Tratando-se do uso da fauna para a caça, os informantes citaram 13 etnoespécies de animais conhecidas por eles, conforme demonstrado na Tabela 6. A paca (*Coelogenys paca* Linnaeus, 1766), com 11 citações, o veado vermelho e o tatu, ambos com 10, foram os mais citados, e os demais tiveram menores frequências (Tabela 6). Neste sentido, verificou-se que todos os animais citados, com exceção da onça (*Panthera onca* Linnaeus, 1758), estiverem na subcategoria alimentar, mas que também algumas partes deles eram usadas na medicina popular (subcategoria medicinal), como é o caso da paca e do tatu (Tabela 6). Sobre a caça em comunidades rurais, de modo geral, esta consiste em uma fonte nutricional complementar, podendo ocorrer juntamente com a criação de animais e a pesca, como acontecia na comunidade quilombola África e no Ramal do Bacuri (Gonçalves & Lucas, 2017; Ferreira et al., 2020), pois tais populações se estabeleceram na vegetação nativa, havendo, portanto, animais disponíveis para a caça.

Tabela 6

Etnoespécies animais conhecidas e/ou utilizadas na caça citadas pelos moradores da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer, sendo classificadas em subcategorias de uso: A – alimentar, M – medicinal e NU - não utilizado.

Etnoespécie	Nome científico	Subcategoria de uso	Número de citações
Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> Linnaeus, 1766	A	1
Catitu	<i>Dicotyles torquatus</i> Cuvier, 1816	A, M	4
Cutia	<i>Dasyprocta aguti</i> Linnaeus, 1766	A	4
Guariba	<i>Alouatta caraya</i> Humboldt, 1812	A	1
Jacaré	<i>Melanosuchus niger</i> (Spix, 1825)	A, M	1
Macaco prego	<i>Cebus</i> sp.	A, M	3
Mucura	<i>Didelphis marsupialis</i> (Linnaeus, 1758)	A	1
Onça	<i>Panthera onca</i> Linnaeus, 1758	NU	2
Paca	<i>Cuniculus paca</i> Linnaeus, 1766	A, M	11
Preguiça	<i>Bradypus tridactylus</i> Linnaeus, 1758	A, M	2
Tatu	NI	A, M	10
Veado pardo	<i>Mazama americana</i> (Erxleben, 1777)	A	3
Veado-vermelho	NI	A	10

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Esses animais são caçados não para fins comerciais, mas visando a alimentação dos moradores, embora se tenha notado uma redução desse consumo na comunidade, se comparado ao passado. É comum haver nas sociedades antigas, como nos povos tradicionais, uma forte ligação com a natureza e a maior dependência dos recursos locais para a subsistência básica (Gómez-Pompa & Kaus, 1992) como da fauna para a obtenção de proteína animal. Entretanto, este uso de

recursos faunísticos pode ser influenciado por inúmeros fatores, como a falta de animais para a caça e/ou aquisição de novos hábitos alimentares, como os de origem industrializada. A influência urbana pode ocorrer devido às necessidades básicas das unidades familiares agroextrativistas que excedem os produtos disponíveis no meio e, por isso, buscam adquirir bens e mercadorias, de caráter mais citadino, possivelmente, resultando em um processo de transição alimentar (Ferreira et al., 2018; 2020). Neste sentido, verificou-se que na comunidade estudada, ao longo do tempo, mudanças socioculturais e econômicas têm resultado em um maior consumo de produtos oriundos da cidade ou mesmo dos pequenos comércios locais. Sobre isso, Piperata (2006) ressaltou que o contato acentuado com a sociedade industrial contemporânea causa modificações aparentes no estilo de vida e nos padrões alimentares das comunidades tradicionais.

Frisa-se ainda a redução de espécies animais de interesse para a caça, pois, atualmente, não eram mais encontrados com facilidade nas plantações e na mata, como o veado vermelho e o caititu. Tal problema foi associado à introdução de equipamentos e a frequência de uso de motosserras que provocam o desmatamento crescente, devido à expansão imobiliária e à abertura de roçados, conforme alguns informantes. Oliveira e Rocha (2010) afirmaram que o sistema tradicional de corte e queima da agricultura itinerante reduz as áreas de vegetação e os benefícios diretos, como a disponibilidade da fauna silvestre, que é utilizada na caça. Na comunidade do Baixo Acaraqui foi constatado o aumento do desmatamento e das queimadas da floresta para a produção agrícola, nos últimos 20 anos, o que implicou na diminuição de animais silvestres, favorecendo a mudança nos hábitos alimentares da população, fazendo com que os produtos industrializados e adquiridos nos comércios locais estivessem se tornando gradativamente frequentes em substituição aos produtos locais (Nascimento & Guerra, 2016). De acordo com os autores, alguns moradores persistiam no consumo da carne de caça porque a atividade era considerada uma prática de lazer.

Na subcategoria medicinal, parte dos moradores entrevistados mencionou pelo menos um tipo de propriedade medicinal derivada de uma parte do animal, principalmente o tecido adiposo (banha). Essas indicações foram registradas por meio de depoimentos, por exemplo: *“o fel da paca é remédio pra diabetes e é muito bom e deve ser ingerido em chás ou leite”* (Informante D, 40 anos), enquanto outro afirmou: *“o fel é bom para problemas no estômago”* (Informante E, 45 anos). Percebeu-se que mais de uma indicação medicinal foi apontada a partir de uma determinada parte do corpo do animal. Em comunidades caiçaras de São Paulo, observou-se que a banha ou a gordura de alguns animais selvagens era usada para o tratamento de bronquites, reumatismo e dores de ouvido, e evidenciou que a prática de usar substâncias adiposas de animais com finalidades medicinais teve origem europeia (Hanazaki, 2001). Neste sentido, pode-se afirmar que o emprego de partes de animais silvestres na medicina alternativa possui uma historicidade com raízes em outras culturas, e que ainda é encontrada atualmente, principalmente em regiões rurais.

Considerações finais

A comunidade Santa Luzia do Bom Prazer apresentou características socioeconômicas similares com as demais povoações quilombolas do Estado do Pará, sendo marcada ainda pela

vulnerabilidade social, econômica e ambiental em razão da falta de políticas públicas eficazes. Apesar disso, notou-se que tal comunidade ainda possui características próprias de populações tradicionais, como a agricultura em pequena escala, a caça e pesca voltada ao consumo próprio, sendo, estas últimas, pouco praticadas, assim como está ocorrendo com o uso de plantas medicinais.

Estas alterações do modo de vida do povo quilombola estão associadas ao contexto socioeconômico e ambiental em que esta população está inserida. Causas e efeitos percebidos pelos entrevistados, como: poluição do igarapé local, falta de peixes e de animais para a caça, escassez de recursos da flora, desmatamento causado por fazendeiros, são alguns fatores que condicionam as pessoas a mudarem de hábitos e a terem baixa qualidade de vida, se comparado a tempos pretéritos. A influência do meio urbano no ambiente rural também foi notada como um dos fatores que vem contribuindo com a transição alimentar e farmacológica.

Mesmo diante de um acervo rico de conhecimentos e uso de etnoespécies de plantas e animais, nesta comunidade está ocorrendo a erosão dos etnoconhecimentos sobre a flora e a fauna. Diante disso, gradativamente, algumas atividades ligadas ao extrativismo estão sendo pouco praticadas pelos comunitários, sobretudo, pelas gerações mais jovens.

Este trabalho registrou o modo de vida da comunidade Santa Luzia do Bom Prazer e trouxe algumas informações importantes que podem subsidiar futuras iniciativas por parte Poder Público e tomadores de decisão, incluindo os próprios comunitários, a fim de contribuir com a preservação do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida e fomento da cultura local. Para tanto, citam-se como ações de intervenção: palestras sobre sensibilização sobre a poluição do igarapé; oficinas de tratamento adequado da água para o consumo e de reutilização de resíduos; proposta de alternativas econômicas como complemento de renda, sem descaracterizar o modo de vida local, como: a venda de plantas e a cerâmica – prática quase inexistente na comunidade; ações de disseminação entre os moradores da importância dos saberes populares e os diferentes usos de plantas etc.

Referências

- Adams, C. (2002). *Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa*. 2002. 373 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo – Departamento de Ecologia, São Paulo.
- Alves, R. J. M., Pontes, A. N. & Gutjahr, A. L. N. (2015). Caracterização socioeconômica de comunidades rurais amazônicas do estado do Pará, Brasil. *Observatorio de La Economía Latinoamericana*, p. 1-24. Disponível em: <https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/socio-economia.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

- Alves, R. J. M., Pontes, A. N., Gutjahr, A. L. N. (2016). Cenários de desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do município de Marapanim, Pará, Brasil. *Revista Espacios*, v. 37, n. 20.
- Begossi, A., Lopes, P. F. M., Silvano, R. (2010). Da Biologia a Etnobiologia - Taxonomia e etnotaxonomia, ecologia e etnoecologia. In: Reis, R. R. N.; Solto, W. H. S.; Moura, J. S. A. *Etnozoologia no Brasil*. Recife: NUPEEA, p. 69-94.
- Brasil. (2012). *Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012*. Ministério da Educação, Câmara de Educação Básica, Brasília.
- Buckup, P. A., Menezes, N. A., Ghazzi, M. S. (2007). *Catálogo das espécies de peixes de água doce do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Carvalho, A. S., Silva, D. O. (2014). Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuaçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Interface*, Botucatu, v. 18, n. 50, p. 521-532.
- Cleaver, A. J. T., Emperaire, L., Kageyama, P. Y., Oliveira, A. G., Stella, A. (2006). *Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural*. In: Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade e Florestas). *Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural*. Brasília: MMA/SBF, p.13-26.
- Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPISP. (2010). *Comunidades Quilombolas do Estado do Pará*. Disponível: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pa.html. Acesso: 20 de dez. 2020.
- Diegues, A. C. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec. 167p.
- Diegues, A. C. (2005). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB. 146p.
- Ferreira, P. F., Alves, R. J. M., Rosario, A. S., Pontes, A. N. (2020). Subsistência e agricultura familiar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba, Pará - Brasil. In: Pontes, A. P., Rosário, A. S. (Org.). *Ciências ambientais: política, sociedade e economia da Amazônia*. 1 ed. Belém: EDUEPA, v. 1, p. 86-97.
- Ferreira, P. F., Pontes, A. N., De Paula, M. T. (2018). Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA). *Natural Resources*, v. 8, n. 2, p. 60-65.
- GESPAN - Gestão Participativa de Recursos Naturais. (2003). *Informações básicas sobre o município de Moju, Pará: uma contribuição para o seu planejamento*. Moju. 43p.

Gómez-Pompa, A., Kaus, A. (1992). *Domesticando o Mito da Natureza Selvagem*. Trad. Dany Patarra. [S.l.]: Bioscience.

Gonçalves, J. P., Lucas, F. C. A. (2017). Agrobiodiversidade e etnoconhecimento em quintais de Abaetetuba, Pará, Brasil. *Revista Brasileira de Biociências*, v. 15, n. 3.

Hanazaki, N. (2001). *Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta*. 213f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Biologia, São Paulo.

Hanazaki, N. (2004). Etnobotânica. In: Begossi, A. (Orgs). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec/Nepam/Unicamp/Nupaub/Fapesp, p. 37-57.

Hanazaki, N., Miranda, T. M. (2008). Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das Ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil. *Acta Botanica Brasileira*, v. 1, n. 22. p. 203-215.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. (2015). *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2015.

Lima, R. G., Pimentel, T. L. (2011). *Caracterização da caça de subsistência na comunidade Boa Esperança no município de Moju-Pará*. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Naturais – habilitação em Biologia), Universidade do Estado do Pará, Moju.

Lopes, C. J. O. (2020). Quando o quilombo é rio: territorialidades da pesca entre quilombolas ribeirinhos, no Baixo Tocantins (PA). In: Silva, C. N., Rocha, G. M., Silva, J. M. P. *O espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais*. Belém: GAPTA/UFPA, p. 57-79.

Marangon, M., Presznuk, R., Sordi, R. F., Agudelo, L. P. P. (2004). Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: aplicação à comunidade de Serra Negra. *Revista Educação & Tecnologia*, n. 8, p. 1-23.

Marques, J. G. W. (2001). *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. São Paulo: NUPAUB.

Marques, J. G. W., Moura, F. B. P. (2007). Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia. *Biota Neotropica*, v. 7, n. 3, p. 119-126.

Morais, F. F., Morais, R. F., Silva, C. J. (2009). Conhecimento ecológico tradicional sobre plantas cultivadas pelos pescadores da comunidade Estirão Comprido, Pantanal Matogrossense, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 4, n. 2, p. 277-294.

Nahum, J. S. (2011). De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia Paraense. *Campo Território: revista de geografia agrária*, v. 6, n. 12, p. 79-103.

Nahum, J. S. (2019). Notas sobre a formação territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: Silva, C. N., Paula, C. Q., Silva, J. M. P. (Orgs). *Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional*. Belém: GAPTA/UFPA, p. 23-42.

Nascimento, E. C., Guerra, G. A. D. (2016). Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 11, n. 1, p. 225-241.

Neri, K. P. S. (2008). *Levantamento socioambiental da comunidade Congregação, Moju-Pará*. 2008. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Naturais – habilitação em Biologia), Universidade do Estado do Pará, Moju.

Nogueira, M. D. (2006). Mandioca e farinha: Identidade Cultural e Patrimônio Nacional. In: Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade e Florestas). *Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural*. Brasília: MMA/SBF, p. 27-29.

Oliveira, E. E. E., Rocha, C. G. S. (2010). Percepções da problemática ambiental pelos agricultores familiares do sudoeste paraense, Município de Pacajá. *Sustentabilidade em Debate*, v. 2, n. 2, p. 135-148.

Oliveira, M. L. R. (2012). Reflexões sobre o uso do espaço em comunidades amazônicas: uma análise da comunidade extrativista do Iratapuru. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v. 23, n. 1, p. 121-146.

Oliveira, F. P. (2015). *Análise da percepção dos extrativistas estuarino costeiros sobre o zoneamento da extração do caranguejo uçá (Ucides cordatus) e da madeira nos manguezais da Resex Marinha Caeté Taperaçu, Pará, Costa Amazônica Brasileira*. 164f. Tese (Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental), Universidade Federal do Pará, Bragança.

Paglia, A. P., Fonseca, G. A., Rylands, A. B., Herrmann, G., Aguiar, L. M., Chiarello, A. G., ... et al. (2012). Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil 2ª Edição/Annotated Checklist of Brazilian Mammals. *Occasional papers in conservation biology*, v. 6, p. 1-82.

Pedroso Júnior, N. N., Murrieta, R. S. S., Taqueda, C. S., Navazinas, N. D., Ruivo, A. P., Bernardo, D. V., Neves, W. A. (2008). A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 3, n. 2, p. 227-252.

Pieve, S. M. N., Kubo, R. R., Souza, G. C. (2009). *Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência*. Brasília: MDA.

Piperata, B. A. (2006). Nutritional status of ribeirinhos in Brazil and nutritional transition. *American Journal Physical Antropology*, v. 133, n. 2, p. 868-878.

Rossoni, F., Efrem, F., Jansen, Z. (2014). A pesca e o conhecimento ecológico local dos pescadores de acará-disco (*Symphysodon aequifasciatus*, Pellegrin 1904: Cichlidae) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, Baixo Rio Purus, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 109-128.

Santos, G. N. (2011). *Comunidade quilombola do Rio Acaraqui: modo de vida e uso dos recursos naturais*. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Naturais – habilitação em Biologia), Universidade do Estado do Pará, Moju.

Silva, A. L. (2011). Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 141-163.

Silva, D. O., Guerrero, A. F. H., Guerrero, C. H., Toledo, L. M. D. (2008). A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Revista de nutrição*, v. 21, p. 83s-87s.

Teixeira, M. G., Braga, J. S., Cesar, S. F., Kiperstok, A. (2011). Artesanato e desenvolvimento local: o caso da comunidade quilombola de Giral Grande, Bahia. *Interações*, p. 149-159, v. 12, n. 2.

Treccani, G. D. (2006). *Terras de quilombo: entraves do processo de titulação*. Belém: Programa Raízes.

Trindade, A. C. (2012). *A utilidade das plantas medicinais usadas como medicina alternativa pelos moradores da Comunidade São Miguel do Juquiri no município de Moju-PA*. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Naturais – habilitação em Biologia), Universidade do Estado do Pará, Moju.